

Com queda de receitas, Paraná receberá R\$ 1,9 bilhão do governo federal

07/05/2020

Planejamento

O Paraná receberá R\$ 1,9 bilhão do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, aprovado pelo Senado Federal na quarta-feira (6). Serão cerca de R\$ 1,7 bilhão para uso livre, principalmente para repor as perdas com a arrecadação, e R\$ 269 milhões para a saúde pública. O auxílio deve ser disponibilizado nos próximos quatro meses para amenizar a queda da arrecadação estadual.

A tabela com as informações detalhadas do repasse da União é parte do novo boletim conjuntural elaborado pelas secretarias de Planejamento e Projetos Estruturantes e da Fazenda. O estudo demonstra a evolução da atividade econômica no Estado e seus reflexos sobre as receitas públicas.

Conforme texto aprovado no Congresso Nacional, o Paraná será o quinto ente federativo com a maior cota (5,72%), atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A verba emergencial será dividida entre os estados obedecendo critérios como a arrecadação do ICMS, população, cota no Fundo de Participação dos Estados e contrapartida paga pela União pelas isenções fiscais relativas à exportação.

A lei federal, que ainda precisa ser sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, prevê que os municípios paranaenses vão receber R\$ 163 milhões para aplicação em saúde pública e R\$ 1,163 bilhão para uso livre. Os repasses estimados para os municípios estão [nessa tabela](#) da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

ICMS - Segundo as projeções da Secretaria da Fazenda, no entanto, a tendência de queda de arrecadação é muito maior que a reposição prevista no auxílio federal. Em abril, houve queda R\$ 448,6 milhões nas receitas de ICMS, principal tributo estadual. A previsão para maio é de redução de até R\$ 740 milhões. A perda em dois meses chegaria a R\$ 1,18 bilhão, quase 70% do total que será repassado para o Estado no quadrimestre.

A arrecadação de ICMS de abril foi 16,9% menor do que no mesmo mês do ano

passado e está relacionado com as operações realizadas em março, em valores corrigidos pela inflação. Pela legislação, 25% do valor arrecadado com ICMS é repassado aos municípios, o que também impactou negativamente os caixas das prefeituras.

SETORES - Setorialmente, o Governo do Estado deixou de arrecadar R\$ 79,9 milhões com a indústria e R\$ 57,2 milhões com o comércio varejista em abril, frente ao mesmo período do ano passado, por exemplo. As perdas foram de 21,6% e 38,5%, respectivamente.

Na relação das principais atividades contribuintes do ICMS, houve perdas também em combustíveis (-14,5%), energia (-5,4%), bebidas (-21%), automóveis (-29%), serviços e outros (-20%) e comércio atacadista (-11,9%). O setor de agricultura e extração, sob influência da safra de soja, mostrou aumento de 8%.

Estão incluídas no relatório as empresas do Simples Nacional. Nessa categoria houve redução de 71% na arrecadação em abril em razão do programa estadual de extensão de pagamento por três meses, medida anunciada dentro do pacote econômico para atender as necessidades dessa modalidade.

A análise do ICMS também apresenta o comparativo do resultado acumulado de janeiro a março em relação ao mesmo período do ano passado. Nesse indicador, combustíveis (6,3%), automóveis (0,3%), agricultura e extração (3%), comércio atacadista (4%) e comércio varejista (9,4%) aumentaram a contribuição, enquanto serviços e outros (-7,3%), indústria (-1,5%), bebidas (-5,8%) e energia (-5,2%) registraram quedas.

EXPECTATIVA - Segundo a Receita Estadual, o ICMS líquido destacado em documentos fiscais apresentou queda de 23,6% em abril na comparação com 2019, o que deve levar a uma redução significativa na arrecadação de imposto em maio. A queda pode chegar a 28,2% - ou R\$ 740 milhões.

O ICMS é a principal fonte de arrecadação do Estado e representa 59% da receita corrente líquida (RCL). O imposto é o termômetro da atividade econômica (industrial, comercial e do agronegócio) e da circulação de bens e mercadorias.

DÍVIDA - A legislação aprovada no Senado confirma a suspensão do pagamento de dívidas com a União e com bancos públicos até o final de 2020. O Paraná deixará de pagar R\$ 211 milhões até o fim do ano e poderá aplicar esses recursos na gestão de equipamentos, servidores, insumos e leitos hospitalares.

Há 20 dias, Governo do Estado transferiu R\$ 319,3 milhões para o orçamento

saúde em razão de uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu a interrupção do pagamento de dívidas com a União por seis meses. A suspensão das dívidas dos municípios paranaenses alcança cerca de R\$ 750 milhões.

BOX

Atividade econômica evolui, mas março e abril acumulam perdas

O balanço da atividade econômica do boletim conjuntural aponta que entre o dia 26 de abril e o dia 3 de maio houve crescimento de 16,3% na atividade da indústria e no comércio no Paraná, com evoluções em todas as macrorregionais de Saúde (Norte, Leste, Oeste e Noroeste).

Comparativamente com a primeira semana de março, no entanto, a movimentação ainda é 22,9% abaixo do padrão. As maiores quedas acumuladas foram registradas no Leste (-26,2%), Norte (-20,1%), Oeste (-18,8%) e Noroeste (-18,3%). Na semana passada, com registros entre 7 de março e 26 de abril, a queda na atividade econômica era de 33,7%.

Entre março e abril, houve retração de 24,3% no comércio e na alimentação e de 21,8% no segmento industrial. A redução mais expressiva na atividade industrial foi contabilizada no Leste (Litoral, Região Metropolitana de Curitiba, Capital e Campos Gerais), com contração de 35,2%. A macrorregião Noroeste, de Maringá e Paranavaí, registrou a maior queda no comércio e alimentos, 32,5%.

A Macrorregião Noroeste, que reúne cerca de 100 municípios, apresentou uma surpresa positiva no boletim. A indústria avançou 5,6%, refletindo o crescimento da produção sucroalcooleira. Desde o primeiro boletim conjuntural, é o único resultado positivo na análise regionalizada.

EMPRESAS – Pelos cálculos da Fazenda, em média, 88% das empresas estavam em atividade no Paraná na semana passada. O balanço mostra níveis próximos do patamar antes da crise em alguns municípios.

Nesse boletim, o número de empresas em operação foi separado pelas maiores cidades do Estado e compara a primeira semana de março com a última de abril. A Receita Estadual atribui valor absoluto de 100 para número de empresas em atividade na semana de 9 a 13 de março, o que quer dizer normalidade comercial.

Pelas análises, a última semana de março registrou os índices mais baixos de

atividade, chegando a 37 em Cianorte e 40 em Umuarama e Foz do Iguaçu, o que significa que menos da metade das indústrias e comércios estavam abertos nesses municípios.

Entre 27 de abril e 30 de abril, os menores índices eram de Curitiba (77), Foz do Iguaçu (79) e Londrina (80). Francisco Beltrão (97) e Cianorte, Pato Branco e Umuarama (96) alcançaram os patamares mais altos, perto de 100, mostrando relativa normalidade.

O índice estadual variou dentro de um quadro similar: caiu de 100 para 54 em março, mas subiu paulatinamente desde então até atingir 88.

Confira aqui o [BOLETIM SEMANAL](#) com dados do impacto da Covid-19.